



CNJ mantém decisão e considera lícita revista pessoal de advogados

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por maioria de votos, negou provimento ao Recurso Administrativo no Pedido de Providências 0004470-55.2010.2.00.0000, feito pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo em face do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, na 120ª sessão ordinária, realizada em 15 de fevereiro, em Brasília-DF.

Em agosto de 2010, o CNJ já havia decidido no mesmo Pedido de Providências, que não havia qualquer ilegalidade na norma da Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) que prevê a revista pessoal de advogados, “quando disparado o alarme do detector de metal, uma vez que tal procedimento visa tão somente identificar o objeto causador do alarme sonoro”.

Naquela decisão, o conselheiro Paulo de Tarso Tamburini Souza considerou que “a revista de pastas e bolsas não impõe qualquer óbice ao exercício da advocacia, mas, ao contrário, gera sensível melhoria da segurança nas dependências da Seção Judiciária, visto que auxilia na restrição do porte de armas somente às pessoas legalmente autorizadas”.

O controle de entrada de pessoas na JFES é regido pela Norma Interna NI 4-05.

Clique [aqui](#) para ver a íntegra da decisão proferida em agosto/2010.

Clique [aqui](#) para ver a Certidão de Julgamento do Recurso Administrativo.

Suspensos prazos processuais dias 14 e 15

Em virtude da paralisação dos sistemas processuais utilizados na JFES nos dias 14 e 15 de fevereiro (petição eletrônica, citação, sistema *push*, consulta processual, intimação, cadastro de advogados e peritos, etc.), a Justiça Federal suspendeu os prazos processuais por dois dias.

Alerta a advogados e procuradores de entidades

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da JFES informa que o sistema Apolo foi recuperado através de restauração parcial dos arquivos de backup. O sistema encontra-se disponível interna e externamente.

O backup é do sábado, dia 12/02/2011, às 09:27:46. Considerando que o problema ocorreu no mesmo dia, às 13:06:43, todos os atos processuais praticados no sistema Apolo e todas as petições, citações e intimações eletrônicas registradas neste interstício devem ser refeitas.

Nova paralisação

Quinta-feira, 17, das 8h ao meio-dia, houve paralisação de todos os sistemas de informática para manutenção do *nobreak*.

Clique [aqui](#) para ver a Resolução nº 1/2010, do TRF2.

Clique [aqui](#) para ler a Portaria.

Ciclo de Debates de Direito Tributário: videoconferência dia 25

A Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) realizará no dia 25 de fevereiro, das 9 às 13 horas, o Fórum “Ciclo de Debates de Direito Tributário – 1º Encontro”, parte do curso de Direito Tributário.

Aberto ao público, o evento será transmitido por videoconferência para o auditório da Justiça Federal do Espírito Santo (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória).

Magistrados federais devem fazer suas inscrições pelo módulo do CAE na internet (<http://www2.trf2.gov.br/pecae/>).

Demais interessados podem se inscrever pelo telefone (27) 3183-5187 ou e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br.

Veja o [cartaz](#) do encontro.

Anote aí o telefone da VF-Serra

A Seção de Serviços de Telefonia (Setel/NOM) da JFES informa o número de telefone principal da Vara Federal de Serra: (27) 3251.9224.



Iluminuras entrevista procurador sobre lavagem de dinheiro

No Iluminuras desta semana você vai conhecer a obra rara “A morte e a morte de Quincas Berro D’Água”, de Jorge Amado. O livro conta com ilustrações de Di Cavalcanti e foi publicada no Rio de Janeiro, em 1962. Composto à mão e impresso em prelos manuais, a obra foi a 17ª publicada pela Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. Autor dos mais respeitados na literatura brasileira desde os anos 30, Jorge Amado nasceu em Itabuna, Bahia, em 1912 e faleceu no dia 6 de agosto de 2001.

No Encontro com Autor, a jornalista Carolina Sette entrevista o procurador da República, mestre em Direito e professor, Patrick Salgado Martins. Ele vem ao programa falar sobre seu livro, “Lavagem de Dinheiro Transnacional e Obrigatoriedade da Ação Penal”.

No Ex-Libris, um passeio pela biblioteca pessoal da professora de Direito Administrativo, Fernanda Mathias. A professora tem gosto especial por obras jurídicas relacionadas ao Direito Público, Direito Administrativo e Psicologia. É mestranda em Políticas Públicas, especialista em Direito Administrativo, pela Universidade Católica de Brasília e especialista em Direito Romano, pela Univerdidade “Tor-Vergata”, de Roma.

O Iluminuras mostra ainda alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias. O programa inédito vai ao ar na TV Justiça, quarta-feira, às 22h. Horários alternativos: quinta, 13h30; sexta, 19h; sábado, 18h e segunda, 13h30. O Iluminuras também está no YouTube. Para ver este programa, basta acessar: www.youtube.com/programailuminuras. Equipe Iluminuras

Edital de promoção para juiz federal titular tem 3 varas do Espírito Santo

Foi publicado no dia 15, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região (e-DJF2R), o edital para provimento, mediante promoção, de juiz federal substituto a cargos de juiz federal titular das seguintes varas e nos critérios abaixo:

- 1) Vara Federal de Itaperuna/RJ, merecimento;
- 2) 1ª Vara Federal de Campos/RJ, antiguidade;
- 3) 1º Juizado Especial Federal de Campos/RJ, merecimento;
- 4) 2ª Vara Federal de Campos/RJ, antiguidade;
- 5) Vara Federal de Linhares, merecimento;
- 6) 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, antiguidade;
- 7) Vara Federal de São Mateus/ES, merecimento.

Poderão concorrer à promoção os juízes federais substitutos vitalícios em exercício na 2ª Região (art. 24 da Resolução nº 01/2008-CJF), sendo que, na promoção por merecimento, concorrerão apenas os integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade dos juízes federais substitutos.

Os juízes promovidos neste edital somente poderão pleitear nova remoção após um ano da publicação do respectivo ato, respeitado o disposto no art. 247, § 5º, do Regimento Interno.

Os pedidos de inscrição deverão ser dirigidos à Presidência do TRF2, no prazo de dez dias, contados da publicação do edital.



Homologação

Na edição de 15/02 do e-DJF2R também foi publicada a homologação do pregão de remoção de juiz federal para as varas federais, realizado no dia 07 de fevereiro, no Plenário do TRF2. Com a publicação, o juiz federal Ronald Krüger Rodor assume a titularidade da 2ª Vara Federal Criminal de Vitória e o juiz federal Bruno Dutra, a titularidade da Vara Federal de Serra.

Deixam a JFES para assumir a titularidade de varas federais no Estado do Rio de Janeiro os juízes federais Ana Paula Rodrigues Mathias Nunes (4ª VF-São João de Meriti), Flavia Heine Peixoto (1ª VF-Volta Redonda) e Fabrício Fernandes de Castro (VF-Magé).

Conselho de dirigentes de controle interno discute a criação de código de ética

Os membros do Conselho de Dirigentes de Controle Interno dos Poderes da União (Dicon) reuniram-se nesta quinta-feira (17) na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília, para definir a criação de um código de ética e normas de auditoria; além de traçarem metas para o plano de capacitação dos servidores dos órgãos. Participaram da reunião representantes da Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União (TCU), Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os participantes decidiram em criar um código de ética comum a todos os membros do Dicon na área de Controle Interno. Mas cada órgão adaptará a norma para sua realidade. “Com o código, os órgãos podem traçar, de forma uniforme, uma conduta de trabalho para todos os servidores de Controle Interno”, disse o presidente da Dicon e secretário de Controle Interno do CJF, Maurício Antonio do Amaral Carvalho.

Durante a reunião também ficou definido um plano de capacitação, com o objetivo de aperfeiçoar as práticas na área de Controle Interno. Cada membro falou dos cursos a serem aplicados em seus órgãos, com a possibilidade de vagas extras para os participantes do Dicon.

Por fim, o responsável pela criação do grupo de trabalho, planejamento da estrutura e agendamento de reuniões para a capacitação dos servidores que atuam no controle interno da Administração Pública, o ex-secretário de Controle Interno do CJF, Getúlio Caixeta de Souza, falou sobre a criação do Dicon e suas vertentes. Além dos presentes, o Dicon também é composto por representantes do Senado Federal, Ministério da Defesa, Ministério Público da União (MPU), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Controladoria-Geral da União (CGU), Presidência da República, e Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O Conselho tem a missão de integrar a área de Controle Interno dos Poderes da União, propondo a padronização, racionalização e atualização das normas e procedimentos. Os membros do Dicon se reúnem bimestralmente. No próximo biênio 2012/2014, a presidência passará para um órgão do Executivo.

Assessoria de Comunicação Social do CJF

Novo contato da Comunicação Social

Com a criação do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS), pela Resolução nº 31, de 09/12/2010, do presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, e a extinção da Seção de Comunicação Social (Secom), o e-mail da área responsável pela comunicação interna e externa da JFES foi alterado para ncs@jfes.jus.br.

O e-mail secom@jfes.jus.br será desativado em breve. Por enquanto, porém, os usuários da Justiça Federal poderão falar com o NCS tanto pelo e-mail secom@jfes.jus.br quanto pelo e-mail ncs@jfes.jus.br.

Fique atento!



Inspeção anual da 1ª VF-EF tem nova data

A inspeção anual do juízo da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, anteriormente marcada para o período entre 28 de março e 1º de abril de 2011, foi redesignada, pelo juiz federal substituto na titularidade daquela Vara, Pablo Coelho Charles Gomes, para o período de 27 de junho a 1º de julho de 2011.

Vai terminar o horário de verão

À meia-noite de sábado, 19/02, atrase em uma hora o seu relógio!

